



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11065.720235/2017-30  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-005.697 – 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 4 de outubro de 2018  
**Matéria** IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF  
**Recorrente** CELSO BOCK  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. INTIMAÇÃO POSTAL INFRUTÍFERA. INTIMAÇÃO POR EDITAL..

É autorizada a intimação editalícia quando resultar infrutífera a intimação postal. Basta a comprovação de uma tentativa infecunda, no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, para permitir a intimação por edital. A ausência do morador no momento da entrega da correspondência não pode ser oposta ao Fisco para obrigar-lo a sucessivas tentativas de intimação postal.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso voluntário; vencidos os conselheiros Wesley Rocha (Relator), Alexandre Evaristo Pinto, Marcelo Freitas de Souza Costa e Juliana Marteli Fais Feriato, que davam provimento ao recurso. Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro João Maurício Vital.

*(assinado digitalmente)*

João Bellini Júnior - Presidente.

*(assinado digitalmente)*

Wesley Rocha - Relator.

*(assinado digitalmente)*

João Maurício Vital - Redator designado.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antonio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, João Maurício Vital, Wesley Rocha, Reginaldo Paixão Emos (Suplente convocado), Marcelo Freitas de Souza Costa, Juliana Marteli Fais Feriato, João Bellini Júnior (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Notificação de Lançamento (e-fls. 62/67) lavrado em desfavor de CELSO BOCK, referente a Imposto sobre a Renda de Pessoa Física do ano-calendário 2013, exercício 2014, no qual é exigido o valor do referido imposto na quantia no total de R\$ 49.919,27. O lançamento originou-se da revisão da Declaração de Ajuste Anual(DAA)/2014 (entregue em 28/04/2014), em que se apurou, à fl. 64, a compensação indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no valor de R\$ 35.211,45, vinculado a rendimentos pagos por pessoa jurídica da qual o contribuinte é sócio-dirigente, no caso a GVD Importação e Exportação Ltda, CNPJ 87.524.609/0001-48, que tem débitos declarados em Dirf e DCTF, porém inadimplente.

A DRJ de origem não conheceu da impugnação apresentada (acórdão de impugnação de e-fls. 06 e seguintes), tendo em vista sua intempestividade, uma vez que teria sido expedido para o domicílio fiscal da contribuinte a intimação da notificação de Lançamento, e retornado com o motivo de "ausência", sendo expedido edital de intimação para suprir o ato administrativo de intimação.

A impugnação teria sido apresentado mais de 90 (noventa) dias depois do prazo legal.

Em seu Recurso Voluntário o recorrente pede a reconsideração da decisão de primeira instância, uma vez que a intimação retornou por motivo de "ausência", e foi enviada somente uma vez ao seu domicílio, ferindo assim princípios da ampla defesa e contraditório.

Diante dos fatos narrados, esse é o relatório.

## Voto Vencido

Conselheiro Wesley Rocha - Relator

O recurso voluntário é tempestivo, seguindo a regra do art. 33 do Decreto Lei 70.235/72.

O recorrente alega que não teria sido respeitado o devido processo legal, ferindo assim a ampla defesa e contraditório, pois a notificação fiscal, teria em verdade, eviada ao seu domicílio fiscal e retornado com aviso de "ausente".

A DRJ de origem assim decidiu:

*"Cabe esclarecer ao impugnante que a Notificação em apreço foi enviada em 29/02/2016 (extrato de fl. 68) para o endereço constante dos sistemas da Receita Federal à época – Rua Independência, 559/501, Centro, Campo Bom, RS; esse endereço é inclusive o citado na impugnação. A Notificação foi*

*devolvida ao remetente (RFB) por ausente o destinatário (contribuinte). Como a correspondência retornou em 07/03/2016 à RFB, obrigou a que o referido chamamento ocorresse por Edital, o que foi feito (fls. 69/74) nos termos do art. 23, §§ 1º e 2º, inciso IV, do Decreto nº 70.235/1972, alterado pelo art. 113 da Lei nº 11.196/2005. No citado Edital de nº 00002/2016, fixado a partir de 08/09/2016, considera-se a data de ciência em 23/09/2016.*

*Dessa forma, o trintídio legal se encerrou em 25/10/2016; apresentada a impugnação somente em 13/02/2017, não resta dúvida que o procedimento do notificado foi intempestivo*

*Não se vislumbra, no presente processo, qualquer irregularidade que permitisse adotar outra data para o início da contagem do prazo para impugnar, que não aquela a partir do Edital de fls. 69/74, conforme já esclarecido. A oportunidade de o contribuinte discutir administrativamente o crédito tributário regularmente constituído está condicionada, nesta instância de julgamento, à apresentação de impugnação tempestiva, pois somente ela instaura a fase litigiosa do procedimento fiscal. "*

Diante dos fatos ocorridos, de forma excepcional, vejo que o pleito do contribuinte possui elementos para o seu deferimento. Senão vejamos.

Foi realizada tentativa de intimação fiscal para o contribuinte em seu domicílio, sendo que a carta com o AR retornou com o motivo de "ausente".

Posteriormente, sem nenhuma nova tentativa para localizar ou intimar o contribuinte foi emitido edital de intimação. Cabe mencionar que, o contribuinte recebeu e tomou ciência do termo de intimação fiscal, sem maiores problemas, sendo válida a intimação primeira que deu conta do procedimento fiscal (conforme se constata da e-fl. 31).

A procuração ao patrono juntada com sua impugnação apresenta o mesmo endereço que foi enviada a notificação e que retornou como ausente.

Esse Conselho já decidiu em outras oportunidades que, para que haja a citação por edital deve haver a frustração de meios hábeis para intimação do contribuinte, conforme se constata do Acórdão de Julgamento n.º 1401-001.643, de 07/06/2016, de relatoria do Conselheiro Luiz Antonio de Paula, assim ementado:

**"EMENTA. INTIMAÇÃO POSTAL E EDITALÍCIA - NULIDADE**  
**A intimação editalícia só é válida no caso de ter sido infrutífera**  
**a intimação postal; para tal, porém, não basta a postagem da intimação, nem a juntada do aviso de recebimento. É necessário que este aviso de recebimento contenha elementos capazes de comprovar a tentativa frustrada".**

Cabe mencionar que, a notificação do lançamento tem o condão de dar eficácia ao lançamento, ou seja, o procedimento de envio da notificação perfectibiliza todos esses atos anteriores pré-constituídos pelo agente fiscal (auditor). Nesse sentido, Leandro Paulsen explica que:

*“A notificação do lançamento ao sujeito passivo é condição para que o lançamento tenha eficácia. Trata-se de providência que aperfeiçoa o lançamento, demarcando, pois, a formalização do crédito pelo Fisco. O crédito devidamente notificado passa a ser exigível do contribuinte. Com a notificação, o contribuinte é instado a pagar e, se não o fizer nem apresentar impugnação, poderá sujeitar-se à execução compulsória através de execução fiscal. Ademais, após a notificação, o contribuinte não mais terá direito a certidão negativa de débitos. A notificação está para o lançamento como a publicação está para a Lei, sendo que para esta o Min. Ilmar Galvão, no RE 222.241/CE, ressalta que “Com a publicação fixa-se a existência da lei e identifica a sua vigência...” (In Direito Tributário e Código tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. 11ª Ed. Livraria do Advogado, notas ao artigo 142 do CTN).*

Assim, com a notificação formalmente entregue ao domicílio do contribuinte, ainda que não seja de forma pessoal, é que permite a eficácia ao Lançamento fiscal. No presente caso, a autoridade fiscal não tornou perfeito o ato que torna eficaz o Lançamento, uma vez que em uma única tentativa de intimação no domicílio fiscal, como retorno de "ausente", não tem o condão de tornar frustrada a localização do contribuinte, já que em outro momento ele teria sido intimado no mesmo endereço.

Nesse sentido, pelo princípio da ampla defesa e contraditório, dentro do devido processo legal, deve ser deferido o pedido do recorrente para que acolhida sua impugnação, e analisada o mérito de sua defesa pela primeira instância.

## Conclusão

Ante o exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, para anular a decisão de primeira instância, a fim de que seja proferida nova decisão com análise de mérito da impugnação do recorrente.

*(assinado digitalmente)*

Wesley Rocha - Relator

## Voto Vencedor

Respeitosamente, divirjo da conclusão do relator quanto à necessidade de mais de uma tentativa de notificação pela via postal. A regra processual é muito clara ao autorizar a intimação por edital quando resultar improfícua a tentativa postal:

*Art. 23. Far-se-á a intimação:*

*I -pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar*

*II -por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;*

*III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:*

*a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou*

*b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.*

*§ 1º Quando resultar improíbuclo um dos meios previstos no caput deste artigo ou quando o sujeito passivo tiver sua inscrição declarada inapta perante o cadastro fiscal, a intimação poderá ser feita por edital publicado:*

*I - no endereço da administração tributária na internet;*

*II - em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação; ou*

*III - uma única vez, em órgão da imprensa oficial local.*

No caso presente, a intimação foi encaminhada, por intermédio dos Correios, ao domicílio fiscal do sujeito passivo e retornou com a informação *ausente*. Ora, percebo que a tentativa de intimar pela via postal aconteceu, mas resultou infrutífera, autorizando a intimação editalícia. Se o contribuinte estava de férias e não havia ninguém em casa, ou se teria ido à padaria, ou seja lá qual for o motivo não implica que a Administração Tributária deva, indefinidamente, tentar intimá-lo em seu endereço. A ausência do morador no momento da entrega da correspondência não pode ser oposta ao Fisco para obrigar a sucessivas tentativas de intimação postal. Entendo, pois, que basta a comprovação de uma tentativa infecunda no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte para permitir a intimação por edital.

Ao se considerar a intimação feita por edital hígida, a impugnação restará intempestiva; portanto, concordo com a conclusão do acórdão recorrido e nego provimento ao recurso.

*(assinado digitalmente)*

João Maurício Vital - Redator designado.